

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA

No dia doze de junho de 2018, às 9h, iniciou-se a 22ª reunião ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA), com abertura por sua coordenadora, Regina Pimenta Assunção/IGAM, e prosseguimento com a pauta, conforme relatos a seguir. A reunião ocorreu no INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE MINAS GERAIS – INDI em Belo Horizonte/MG. Os participantes constam em lista de presença anexa. Esta ata contém o resumo dos assuntos pautados previamente e dos debates ocorridos, conforme previsto no Art. 19 da Deliberação 7 do Comitê Interfederativo. O evento foi gravado e está disponível na íntegra em mídia digital para consultas de eventuais interessados. A coordenadora da CT, Regina Assunção, iniciou a reunião realizando um alinhamento geral, resgatando o histórico dos acontecimentos das últimas semanas, no intuito de relatar o que ocorreu principalmente na semana em que os órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais estiveram em ponto facultativo, em função da greve dos caminhoneiros ocorrida entre 28/05 à 01/06/18. Houve reconhecimento positivo dos trabalhos realizados pelos Grupos de Trabalho (GTs) durante 26ª reunião do CIF, principalmente GT Esgotamento e Resíduos em função da complexidade e dedicação necessários na condução das tratativas deste grupo. O Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático - PMQQS validou o Relatório Parcial. A Fundação Renova fará os ajustes finais com as considerações solicitadas e retornará para o GTA para validação e encaminhamento ao CIF. Este é o 1º relatório com dados PMQQS para divulgação à sociedade. O GT Abastecimento também se reuniu nos dias 04 e 05/06, sendo que no dia 05/06, contou com a presença da Fundação Renova. Após ampla discussão, o GT decidiu não apresentar uma Nota Técnica referente ao cumprimento da Cláusula 171 do TTAC, visto que há vários questionamentos que necessitam ser esclarecidos e os mesmos serão apresentados ainda durante esta reunião para alinhamento. Foi comentado que o Sr. Flávio da ANA, que apoiava a coordenação no acompanhamento de alguns municípios (ex.: GV e Iapu) foi à trabalho para os EUA, por 2 meses, e designou a Ana Generino da ANA para dar continuidade nesse apoio à CT SHQA. Foi solicitado pelo Flávio da ANA, que a FUNASA também apoiasse a CT nestes acompanhamentos, e neste sentido seria importante que as indicações dos membros deste órgão conheçam o histórico das últimas conversas e atualizações com os municípios. O CIF enviou à CT uma minuta de Revisão Extraordinária para alteração das datas dos repasses dos recursos da cláusula 170 do TTAC. A proposta que já foi encaminhada em formato de deliberação para aprovação ou não da CT-SHQA, foi apresentada na reunião e discutida entre os membros, com maiores esclarecimentos e entendimento dessa dilação de prazo por parte da Fundação Renova. Foi solicitado pela coordenação da CT, a presença de representantes dos GT Abastecimento e GT Esgotamento e Destinação de Resíduos Sólidos nas reuniões do CIF para auxiliá-la nas abordagens dos programas da CT e pontuar situações específicas sobre as ações concernentes às Notas Técnicas da CT. Foi comentada demanda levantada durante a 26ª reunião do CIF, por parte da CT Saúde, para monitoramento da água tratada. Precisa haver alinhamento entre CT Saúde e CT-SHQA sobre estes pontos de monitoramento para água superficial e subterrânea. Foi proposta uma reunião técnica entre estas CTs para discutir e consensuar monitoramento objetivo e operacionalmente viável. Foi informado ao grupo sobre o início das atividades do secretariado/relatoria da Fundação Renova – Fernanda Caldeira - para apoio às atividades da CT-SHQA. Em função de algumas alterações na composição dos membros da Câmara Técnica, haverá a necessidade de atualização dos dados dos membros da CT e dos GTs. Nessa

atualização da relação destes participantes sugeriu acrescentar na planilha uma coluna com dados de identificação de cada membro com a finalidade de compor um banco de dados para necessidade de agendamentos de viagens e hospedagens por parte da Fundação Renova. Camila, representante do Ministério da Saúde, apresentou as informações inseridas no Sistema de Informação da Qualidade da Água para Consumo Humano da Vigilância Sanitária que é alimentado pelas Secretarias Municipais de Saúde. Este sistema contempla informações de monitoramento realizado tanto pelas responsáveis pelo sistema de abastecimento de água quanto pelas secretarias municipais de saúde. Esse sistema possui, portanto, duas fontes de alimentação, contudo, os dados podem ser compilados e fornece referências sobre abrangência da análise, análise de cadastro, dados de vigilância e controle. O sistema possui dados coletados até 04 de junho de 2018 e o período observado foi de 2014 a 2018. Foram observados os municípios contemplados na cláusula 171 que captavam água no Rio Doce antes e após desastre ambiental. Estes municípios realizam cadastramento e descadastramento anual do seu sistema de abastecimento com a finalidade de garantir que aquele sistema está sendo operado. Desta forma consegue pontuar os sistemas de abastecimento de água ativos e as soluções alternativas coletivas cadastradas no sistema. Foram apresentados dados de monitoramento, variações na amostragem, vigilância, dados de controle da ETA por município (Aimorés, Alpercata, Belo Oriente, Galiléia, Governador Valadares, Itueta, Periquito, Resplendor, Tumiritinga/MG e Colatina/ES). Foi apresentado dados de avaliação da turbidez, dados do processo de tratamento e variações por estação de tratamento de água/município (Aimorés, Alpercata, Galiléia, Governador Valadares, Itueta/MG, Baixo Guandu e Colatina/ES) e as variações nos padrões das estações de tratamento de água, conforme parâmetros pré-estabelecidos. Foi ressaltada a preocupação em relação ao volume de água explorado no Rio Manhuaçu pelos municípios que deixaram de captar água no Rio Doce. Yone Fonseca da Fundação Renova questionou sobre o *status* do Projeto de Aimorés, para que o distrito de Santo Antônio do Rio Doce seja abastecido pela sede, e a partir dessa definição a Renova prossiga com execução de solução para o distrito que ficou desabastecido. A coordenadora da CT-SHQA informou que a estratégia de execução já foi traçada juntamente com o Ministério Público, Casa Civil e outros atores do Estado de Minas Gerais importantes atores nesta solução. O CIF aguarda disponibilidade de agenda junto ao MPF para alinhamento final desta estratégia. A coordenadora da CT-SHQA destacou a urgência de apresentação para a sociedade de informações sistematizadas sobre a qualidade da água para consumo humano. A implantação de sistema de monitoramento tem por objetivo apresentar a real situação da bacia do rio Doce e servir de embasamento para respostas e definições para a população ter garantias quanto ao atendimento do índice de potabilidade da água. Albino da COPASA questionou sobre a colocação feita por Camila de o município de Alpercata possui mais de um sistema de tratamento de água. Alerta que não existem três sistemas para tratamento de água no município. Irá verificar esta inconsistência. À tempo, reportou que verificou com a equipe técnica da COPASA e as informações repassadas tanto no SISÁGUA (Prefeitura Municipal) quanto no SNIS, referem-se à somente 01 (uma) estação de tratamento de água – ETA, para a cidade de Alpercata. Anteriormente, existiam outras 02 (duas) ETAs no município: uma no distrito de Era Nova antes da integração do sistema com a sede e a outra na sede municipal com operação através de poços profundos. Ambas operavam antes da implantação da captação da água bruta no Rio Doce, há mais de uma década. Sobre os resultados fora do padrão, informou que em referência a operação: já foi enviado um alerta para as variações encontradas e ações já foram propostas (limpeza de reservatórios, descargas de redes de distribuição, adequação do tratamento da água quando necessário, etc.). Questionou se o Ministério da Saúde tem emitido alertas às operadoras quando são levantadas estas informações de variações dos parâmetros. Camila, representante do Ministério da Saúde, esclareceu que reconhece as falhas e inconsistências no sistema de monitoramento, e que os prestadores de serviço também são orientados a informar e alertar sobre estas falhas. Quando há uma situação de risco relevante para comunidade, o responsável em informar qualquer eventualidade é primeiramente da companhia de abastecimento de água e a Secretaria Municipal de Saúde. Albino da COPASA questionou sobre os resultados das análises apresentados pelo Ministério da Saúde. Alertou que a violação de parâmetros

pode ocorrer por falha na calibração ou limite de detecção dos equipamentos. Entende que é importante o envio de alarmes quando se tem este tipo de violação nos parâmetros de água tratada. Sugeriu se atentar para os limites de tolerância dos resultados, preconizados pela Portaria de Consolidação Nº 05/2017, pelo fato de alguns parâmetros se tratarem de metais pesados (mercúrio, cádmio e arsênio) e por não serem retidos nos sistemas convencionais de tratamento de água. Rafaeli Brune, coordenadora do GT Abastecimento, comentou que o CIF sugeriu um encontro entre GTA PMQQS, GT Abastecimento e CT Saúde para estabelecer um plano para o monitoramento de água tratada, principalmente na entrada das estações. Rafaeli aguarda confirmação de disponibilidade dos envolvidos para sugerir e informar uma data para esta reunião. Gilberto do IEMA questionou sobre a correlação entre a água bruta captada e a água tratada, bem como sobre a garantia de tratabilidade da água pelas concessionárias. É necessário verificar se as análises contidas no PMQQS conferem tal garantia ou se será necessário adotar mais pontos de coleta de água bruta. Margareth, SEAMA, sugeriu abordar também nesta reunião a retomada das discussões e acompanhamento do plano de ação emergencial para períodos chuvosos (PAE). É necessário traçar estratégia para promover a segurança hídrica diante da realidade dos dados de monitoramento que estão sendo apresentados pelo Ministério da Saúde com base no VIGIágua, para que possamos responder “é possível beber desta água ou não”, bem como correlacionar dados dos monitoramentos com tecnologia de tratamento. A coordenadora da CT-SHQA esclareceu que houve uma reunião do GT Abastecimento de 4 a 5/06/2018, na qual discutiram a elaboração de uma NT sobre a qualidade da água para abastecimento ao longo do Rio Doce, mas ainda há questionamentos sobre este assunto. Neste sentido, a CT solicitou que a Fundação Renova apresente na próxima 23ª reunião da CT-SHQA uma planilha com detalhes por trecho e/ou por município de como está o abastecimento atualmente. Abordar: quais municípios operam na normalidade? O que falta em cada município para esta condição de normalidade? Qual a condição da ETA? O que falta terminar? Prazos/Cronograma? É necessário perceber a condição de cada município para repassar esta situação para o CIF. Rafaeli, coordenadora do GT Abastecimento, comentou sobre o encontro ocorrido do GT Abastecimento (IEMA, COPASA, SECIR, FUNASA, RENOVA) nos dias 04 e 05/06 em BH para discutir o relatório entregue pela Fundação Renova em cumprimento a cláusula 171 com os estudos de concepção e projetos básicos e relatório mensal (maio/18) das ações realizadas pela Renova até os meses de março e abril/2018. Foi informado que a medida que se analisavam, se conheciam os anexos (por trecho/município), surgiram vários questionamentos que gostariam de apresentar aos membros da CT para que ajudassem no entendimento e esclarecimento. São eles:

1. Responsabilidade de analisar os estudos de concepção e projetos básicos dos sistemas alternativos de abastecimento de água previstos na Cláusula 171 do TTAC e qual o limite de interferência e anuência das concessionárias/prestadoras de serviços dos municípios;
2. Definição sobre as ações de cunho compensatório e reparatório em relação aos sistemas alternativos de captação e adução e melhoria das estações de tratamento de água;
3. Captações alternativas (superficiais e subterrâneas) serão incluídas no PMQQS ou no Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Tratada?
4. Análise por parte do GT Abastecimento apenas das localidades (Sedes e Distritos) que estão contempladas nos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula 171 do TTAC, até que se defina sob qual programa as localidades não contempladas pelo TTAC serão atendidas. Caberá a Renova encaminhar à CT-SHQA as localidades não contempladas no prazo de 15 dias a partir desta reunião;
5. Cumprimento por parte da Fundação Renova da Deliberação CIF nº 25 na entrega dos estudos de concepção e projetos (básicos e detalhados), em cumprimento à Cláusula 171 do TTAC, uma vez que foi verificada a falta de documentação nessas entregas. Ficou

acordado que o GT Abastecimento elaborará uma lista de checagem para subsidiar a Fundação Renova nesses produtos;

6. Discussão sobre a utilização da logomarca da Fundação Renova onde ocorreram melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água. A coordenadora da CT-SHQA irá verificar a questão junto ao CIF;
7. Ficou definido que a responsabilidade por desapropriação e aquisição de terrenos para construção das captações alternativas e adutoras e, os lugares onde serão instaladas novas ETAs e reservatórios será da Fundação Renova;
8. Serão consideradas apenas as áreas urbanas das Sedes e localidades contempladas nos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula 171, para a implantação de captações alternativas e melhorias nas estações de tratamento de água? Após discussão no grupo ficou definido que será agendada reunião do GT Abastecimento para alinhamento dessa questão.

Foi apresentada a relação de membros atualizada do GT Abastecimento. O representante da Fundação Renova, Carlos Cenachi, reforçou a necessidade de se definir quais são as entregas e indicadores de cada Programa. Sugeriu conhecer o que já é praticado na CT Infra, analisar os resultados do que já foi realizado e alinhar os modelos. Eloá, Fundação Renova, comentou que existe um cadastro dos membros e participantes no SharePoint. Solicita que a CT-SHQA atualize a relação dos membros CT e GTs para que o acesso ao SharePoint seja liberado e todos tenham acesso aos documentos já protocolados pela Renova. Clarice, Fundação Renova, comentou que o Ministério Público do Espírito Santo manifestou que os pleitos dos municípios deveriam estar aderentes ao Plano Municipal de Saneamento Básico. Desta forma, pediu que a CT-SHQA solicitasse ao MPMG que verificasse se os pleitos dos municípios mineiros também estariam aderentes aos PMSBs. Foi mencionado que essa tarefa de verificação deveria ser atribuída a Equipe de Apoio aos Municípios que até o momento não foi contratada pela Renova. Após extensa discussão dentre os membros da câmara não se chegou a uma convergência sobre a tomada final de decisão. Contudo foram definidos os seguintes encaminhamentos: a Renova encaminhará ao CIF ofício solicitando para que os municípios verifiquem a aderência dos pleitos aos PMSB e caberá à coordenação da CT-SHQA promover uma articulação junto ao CIF sobre esse tema. A coordenação da CT-SHQA ficou responsável em providenciar os esclarecimentos pertinentes e encaminhar ao CIF. A coordenadora da CT-SHQA fez esclarecimentos sobre a NT 20. Informou que o coordenador do CIF, Marcelo Belisário, entende que a NT 18 não precisa de uma deliberação. No entanto, os membros da CT, entendem que é necessária uma Deliberação referente a NT 18 para embasamento das futuras discussões e embasamento da Revisão Extraordinária a ser proposta. O representante da Fundação Renova, Carlos Cenachi, sugere uma Revisão Extraordinária contemplando os dois assuntos (postergação do repasse e ampliação dos escopos do “Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos”). No seu entendimento, não haveria a necessidade de uma deliberação, a revisão extraordinária seria essa aprovação. A representante da SEAMA, Margareth, comenta que não percebe em nenhum momento da Ata da 24ª Reunião do CIF referência sobre a NT 18 ou sua aprovação. Sugere o ajustamento das duas deliberações que já foram aprovadas (43 e 75), e para isso, é necessário que o CIF tenha este entendimento. É necessário também uma abordagem na Reunião do CIF sobre o Encaminhamento 24-2 a questão do termo “saneamento” e Destinação de Resíduos Sólidos e pleito Condoeste. Sugerido que não se faça análise do condoeste sem que tenha a definição do todo. É necessário alinhar junto ao CIF que aguarde os estudos da Renova e definição de novos recursos para que sejam analisados os projetos e demais documentos do CONDOESTE para implantação de Estações de

Transbordo. Nesse sentido deve ser enviado ofício da coordenadora da CTSHQA para o presidente do CIF solicitando ajustes nos encaminhamentos E24-2 e E24-14, bem como deve ser dado a Renova nova contagem de tempo. Alessandra Jardim, FEAM, apresentou minuta da NT 20. Os componentes da CT-SHQA enviarão contribuições para a NT até 14/06 para envio definitivo ao CIF até dia 15/06. Ana Paula da ANA deve informar relação atualizada dos membros da Funasa que participarão do GT para acrescentar esta composição à NT 21 (confirmar quem são e quem continua). Alessandra Jardim, FEAM, promoverá reunião do GT Esgotamento Sanitário e Destinação de Resíduos Sólidos para esclarecer dúvidas e elaborar a NT 21. Após equacionadas as questões, Alessandra deverá encaminhar a nota técnica para os membros da CT SHQA que farão contribuições para posterior aprovação e envio ao CIF. Informado que a Alessandra Jardim, FEAM, agora está na coordenação da GT Esgotamento e Destinação de Resíduos Sólidos. Irá enviar revisão da composição do GT e cronograma anual das reuniões para conhecimento e programação de todos envolvidos. Carlos Ribeiro, Gerente Financeiro da Fundação Renova, apresentou proposta para prorrogação dos aportes previstos em 2018 para 2020, com a justificativa da nova configuração do programa em atendimento à Deliberação nº 75. Apresentou cronograma de previsão dos repasses com estratificação por estado (MG/ES) contemplando a correção dos valores pelo IPCA e também com curva de desembolsos previstos baseados nos pleitos aprovados. Esclareceu que caso houver necessidade de adiantamento de repasse anterior ao planejado, o mesmo será realizado imediatamente, mediante solicitação dos municípios ou pelos bancos. Sendo assim, a Fundação Renova solicitou ao CIF, embasados nos relatórios apresentados, que os aportes previstos para 2018 sejam postergados para o ano de 2020 devidamente corrigidos. Após apresentação os membros da CT-SHQA debateram sobre o tema e demonstraram preocupação quanto:

1. Aos prazos entre a solicitação de adiantamento e o repasse pela Renova, bem como toda a tramitação até o depósito dos recursos na conta específica dos municípios;
 2. A necessidade de ter o recurso disponível para a licitação (dotação orçamentária);
 3. A total clareza de qual o impacto esta nova configuração de repasse dos recursos financeiros implicará na execução do Programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos;
 4. Ao atraso na contratação de equipe para apoio técnico e capacitação aos municípios para execução das ações pleiteadas. Em função dos questionamentos realizados pelos membros da CT-SHQA, a Fundação Renova apresentou as ações que estão sendo realizadas para mitigar os impactos no atraso da contratação deste apoio técnico e follow-up com status das etapas do programa. A Clarice mencionou que já existem cerca de 08 municípios aptos, junto ao BANDES e BDMG, a receberem o recurso financeiro. A CT-SHQA solicitou que fosse encaminhada a relação desses municípios. Foi pontuado ainda, pela SECIR, que os pleitos aprovados (NT 11, NT 19 e NT 20) perfazem um montante de R\$ 326 milhões e que o único fator limitante para prosseguimento das ações para o repasse aos municípios é a ausência de contratação da equipe de Apoio Técnico e Capacitação sob responsabilidade da Renova e com prazo já vencido. Foi acordado entre os participantes da CT SHQA, que os aportes previstos para 2018, foram postergados para 2019, nas condições anteriores previstas na cláusula 170, porém com algumas condicionantes:
- ✓ Elaboração de um Plano de Aceleração das ações do programa, o qual deverá ser apresentado a CT até 30/07/2018;
 - ✓ Mediante necessidade, depósito do recurso financeiro previsto em até 5 dias úteis da data da solicitação;
 - ✓ Apresentação de um relatório semestral com balanço físico financeiro do programa pela Fundação Renova.

Foi apresentada a NT 08 pelo GTA PMQQS, referente a análise do Relatório Parcial do PMQQS. O GTA PMQQS deu prazo de 15 dias para a Fundação Renova atualizar o Relatório conforme considerações para que a CT-SHQA encaminhe para o CIF até dia 28/06 para ser divulgado. Foi informado que a deliberação 157 estabelece prazos para envio pelo CIF dos planejamentos de custeio de cada CT e a Fundação Renova informou que aguarda receber esta demanda para proceder com os trâmites e demais procedimentos referidos neste documento. Não havendo mais nenhuma consideração e colocação por parte dos presentes, a coordenação da CT agradeceu a presença e participação de todos, e deu por encerrada a reunião às 17:30 da dia 12 de junho de 2018.

ENCAMINHAMENTOS DA 22ª REUNIÃO DA CT-SHQA

Item	Ação	Prazo	Ação interna ou externa?	Responsável	Observações
1	Agendar reunião entre GTA PMQQS, GT Abastecimento e CT Saúde para tratar assuntos de monitoramento e abastecimento, PAE e dados de monitoramento do VIGÁgua.	Até 13/07	Interno	Coordenação CT-SHQA	Aguardando conciliar disponibilidade dos envolvidos.
2	Promover uma reunião para discussão sobre as localidades que têm direito às ações de melhoria no Sistema de Abastecimento de Água.	10/07/2018	Interno	Rafaeli Brune – GT Abastecimento Coordenação CT-SHQA	Discutir também escopo de atuação: sistemas individuais e coletivos.
3	Encaminhar a atualização da relação dos membros e participantes com a finalidade da Renova prover acesso ao <i>SharePoint</i> .	Próxima CT SHQA	Interno	Coordenação CT-SHQA	
4	Reunião para esclarecer dúvidas e elaborar a Nota Técnica nº21	09/07/2018	Interno	GT Esgotamento Sanitário e Destinação de Resíduos Sólidos	
6	Elaborar relatório detalhado de ações e situação atual de abastecimento por município/trecho, além do cronograma detalhado do andamento da Cláusula 171, conforme discutido na reunião do GT Abastecimento.	Próxima CT-SHQA	Externo	Yone – Fundação Renova	Foi sugerido, pelo GT Abastecimento, a criação de uma tabela resumo. A Fundação Renova irá incluir este item no relatório mensal de julho/18 (i e ii).
7	Encaminhar para CT-SHQA relatório com o mapeamento das localidades que tiveram impacto no Sistema de Abastecimento de Água e não estão contempladas na cláusula 171.	30/06/2018	Externo	Yone – Fundação Renova	Incluir os pleitos recebidos
8	Elaborar Plano de Aceleração, contemplando cronograma físico financeiro, com definição das ações para viabilização dos repasses financeiros para os municípios.	30/07/2018	Externo	Yone – Fundação Renova	
9	Encaminhar para CT-SHQA a verificação realizada pela Fundação Renova das propostas de pleitos aprovados pelos bancos BDMG e BANDES.	30/06/2018	Externo	Clarice - Fundação Renova	
10	Realizar ajustes finais no relatório do Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo Sistemático – PMQQS para validação da CT-SHQA.	20/06/2018	Externo	Yone - Fundação Renova	
11	Apresentação dos indicadores dos programas da CT-SHQA.	17/07/2018	Externo	Yone -Fundação Renova	